



O financiamento da ciência no país dos unicórnios



Susana Peralta

No debate do OE2024, Rui Tavares, do Livre, confrontou a ministra com o facto de o investimento em I&D estar apenas em 1,7% do PIB

Sem os concursos que permitem financiar ideias de investigação de forma competitiva, colocando recursos nas mãos de quem apresenta boas ideias, não se faz ciência. Mas não basta ter concursos. Em primeiro lugar, têm de ter taxas de sucesso comparáveis com as de agências semelhantes noutros países. Por cá, não só são baixas, como a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) se socorre de truques para fingir que são mais altas do que são. Miguel Prudêncio, cientista do Instituto de Medicina Molecular, publicou aqui na terça-feira um texto que explica isto de forma cristalina.

Em segundo lugar, precisam de ser regulares. Os mais recentes aconteceram em 2006, 2008, 2009, 2010, 2012, 2014, 2017, 2020, 2021 e 2022, sendo que nos três últimos se logrou uma constância de mês (fevereiro). Quanto às datas de anúncio dos resultados, é quando calha. Apesar de a FCT prometer que os concursos seriam anuais a partir de fevereiro de 2022, anda desde fevereiro de 2023 a arrastar o processo e vai acabar por abrir os concursos com um ano de atraso. As peripécias estão bem documentadas no texto do Miguel Prudêncio. Vale mesmo a pena lê-lo.

Sou, como é evidente, parte interessada neste debate, pelo que aqui fica: desde 2006, concorri a nove concursos de projetos da Fundação para a Ciência e Tecnologia, como investigadora principal. O último foi esta semana, num concurso especial “Science4Policy 2023 (S4P-23): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas”. No último concurso regular, em fevereiro de 2022, obtive financiamento; foi o meu quinto projeto financiado, num total de cerca de 750 mil euros.

No dia 2 de novembro, durante a audiência da ministra da Ciência no âmbito do debate parlamentar do Orçamento do Estado para 2024, o deputado Rui Tavares, do Livre, confrontou a ministra com o facto de o investimento em Investigação & Desenvolvimento estar em 1,7% do PIB. Ora, o Governo havia prometido que este iria atingir 2,5% do PIB em 2025, que está ao virar da

esquina. O deputado aludiu a uma “guerra de números” na qual se escusou, e bem, de entrar, acerca do financiamento da ciência através do orçamento nacional, mas citou Maria de Lurdes Rodrigues, que afirmou recentemente que Portugal tem neste momento o mais baixo financiamento nacional de ciência das últimas décadas. De facto, nisto do financiamento público da ciência, há números para todos os gostos.

A despesa em investigação de 1,7% do PIB, atingida em 2022, corresponde a 4,1 mil milhões de euros. Destes, apenas 1,5 mil milhões eram da responsabilidade do Estado e do Ensino Superior, o que equivale a cerca de 0,6% do PIB. É razoável admitir que este financiamento é sobretudo público. Mas já não será todo nacional, uma vez que inclui também financiamento europeu. O resto vem das empresas, que contribuem com 62% do total. Estes valores são apurados pelo Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, realizado pela Direção-Geral das Estatísticas de Educação e Ciência anualmente.

Se formos pelo lado dos montantes que o Orçamento do Estado prevê para investigação e desenvolvimento, chegamos ao valor de 1,7 mil milhões de euros para 2022, o que seria mais próximo de 0,7% do PIB. Já a FCT, organismo essencial que financia os projetos de investigação submetidos pelos investigadores individuais, contou com um orçamento de 640 milhões de euros – menos de 0,3% do PIB. Uma ninharia, mesmo



Então e os manifestos que Elvira Fortunato-cientista assinou, a reclamar menos dependência do orçamento europeu?

quando comparado com o financiamento total da investigação em Portugal. Estou a dar números para 2022, mas o futuro não é mais risonho – a FCT contou com 658 milhões em 2023 e o reforço para 2024 é de 5%. Em período inflacionista, é o mesmo que dizer que não há aumentos.

Todos estes números – do mais minimalista 0,3% do PIB, para a FCT, ao mais maximalista 1,7% do PIB, contando com o investimento privado no seio das empresas – têm a vantagem de ficar aquecem dos objetivos do Governo e de se compararem mal internacionalmente. O deputado Rui Tavares não precisou, portanto, de entrar por este imbróglia dos números para confrontar a ministra com a constatação óbvia de serem baixos. Rui Tavares prosseguiu, antecipando a reposta da ministra: “A senhora ministra dirá que o orçamento europeu vai permitir fazer um grande investimento; eu dir-lhe-ei que o orçamento europeu deverá complementar, e não substituir, o orçamento-base nacional. Porque o investimento de cada um dos Estados-membros da União Europeia é fulcral para o potencial de investigação nacional para uma realidade que é nacional. Portugal tem de ser visionário e reforçar o investimento em investigação e inovação.”

Acontece que estas palavras não eram de Rui Tavares – como o próprio reconheceu – mas de um manifesto assinado por um conjunto de cientistas (onde me incluo) e empresários, em 2020, intitulado “No ‘novo normal’, a Investigação & Inovação têm de ser centrais”. Uma das cientistas que assinaram esse manifesto foi Elvira Fortunato. Rui Tavares recordou que o manifesto “tem uma série de propostas, tal como o Manifesto Ciência Portugal 2018, que a senhora ministra assinou também”. Rui Tavares perguntou então à ministra “que percentagem estima que tenha cumprido das propostas” e “que percentagem espera cumprir até ao fim do seu mandato”. O deputado recordou, especificamente, a reivindicação de “concursos de projetos anuais em todas as áreas científicas, sempre abertos na mesma data, com resultados divulgados de uma vez só, em prazos previamente estipulados”. Os tais que Miguel Prudêncio mostrou que continuam uma bagunça.

Mas isso é o que nós pensamos. Segundo Elvira Fortunato, os concursos “estão a abrir anualmente” quando, na verdade, não abriram em 2023. Depois, a ministra explicou que “de sete em sete anos temos este problema” por causa da mudança do quadro financeiro plurianual da União. Lá está, o financiamento europeu, como Rui Tavares tinha previsto. Então e os manifestos que Elvira Fortunato-cientista assinou, a reclamar menos dependência do orçamento europeu? “Não tenho agora aqui presente o que assinei nesses manifestos.” Na semana da Web Summit, deixo-vos este retrato da política científica no país dos unicórnios.

**Professora de Economia na Nova SBE.
Escreve à sexta-feira**